boletim

Adunicamp

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp ● Campinas, São Paulo

Nº 30 • 14/12/2001

ORÇAMENTO 2002: REFLETIR É PRECISO!

A previsão de arrecadação de ICMS da Secretaria da Fazenda para 2002 é de R\$ 26,22 bilhões de reais, o que representa um aumento, em relação à de 2001, da ordem de 17%. Esses números superam em 7,9% a previsão oficiosa da AEPLAN para 2001, que serviu de base para o orçamento da UNICAMP deste ano. A diferença de quase 8% em relação aos recursos do ano passado aparece, na proposta atual, comprometida, de maneira aproximada, com um possível aumento vegetativo da folha de salários e com o crescimento nominal dos itens de custeio e capital.

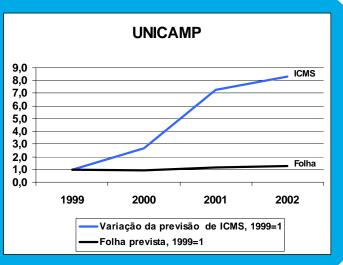
A previsão superestimada da AEPLAN no ano passado foi o principal obstáculo posto pela Administração da UNICAMP e pelo CRUESP para a concessão de reajuste salarial a docentes e funcionários das três universidades estaduais paulistas no segundo semestre. Mesmo assim, a AEPLAN inclui como item de receita na proposta de orçamento de 2002, um "resíduo" de ICMS efetivamente arrecadado em 2001 de R\$ 4,93 milhões. Esses recursos representam um saldo positivo da relação entre os repasses realizados para a universidade durante este ano, reforçados pelo comportamento favorável da arrecadação de ICMS, e o comprometimento da quase totalidade desses recursos com despesas não salariais. Essa configuração reflete a posição em que se situa, numa escala de prioridades, a questão salarial para a atual Reitoria. O gráfico ao lado, que mostra o grande crescimento do ICMS contrastando com a evolução da folha de pagamento da UNICAMP nos últimos três anos, revela com clareza essa posição.

Chama a atenção, na proposta de orçamento para 2002, o fato de estar previsto um crescimento nominal dos gastos com custeio e capital da ordem de 4,5%, o

II FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Durante Assembléia Geral realizada no último dia quatro de dezembro, foi aprovada a disponibilização de um ônibus para os interessados em participar do "II Fórum Social Mundial", que será realizado em Porto Alegre, entre os dias 31 de janeiro a 05 de fevereiro de 2002.

Terão prioridade docentes e associados. Havendo vagas, funcionários e alunos também poderão fazer a inscrição. Os interessados devem procurar a secretaria da ADUNICAMP.



que corresponde aproximadamente à previsão de inflação do governo do Estado, e nenhum comprometimento que possa garantir minimamente o poder do compra dos nossos salários. De fato, está prevista uma verba de contingência de R\$ 1,74 milhões de reais que, em termos nominais, é igual à do ano passado. Além disso, tal verba está reservada para plano de carreira; vencimentos e salários-PCVS; e reajuste de preços das demais despesas; além de salários. Portanto, estamos condenados a um reajuste zero no ano que vem. Montou-se um cenário no qual qualquer discussão sobre salário será "impertinente", "irresponsável", enfim, prejudicial à "governabilidade" da UNICAMP. A não ser que tenhamos mobilização suficiente para desencadearmos uma nova greve. Novamente nos restaria, como única saída, uma greve longa e árdua?

Consideramos inquietante o orçamento proposto pela Reitoria. De um lado, a bomba-relógio salarial, e de outro, uma política onerosa de comprometimentos com gastos, que gostaríamos de ver melhor explicitada.



PELA PSICOLOGIA, PELOS DIREITOS HUMANOS

Cecilia Coimbra, fundadora e atual vice-presidente do "Grupo Tortura Nunca Mais - Rio de Janeiro", esteve no IFCH, no último dia cinco de dezembro, para lançar o livro "Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a mídia impressa, a violência urbana e os discursos sobre segurança pública" (Oficina do Autor e Intertexto). Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, ela também é autora de "Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do 'milagre'" (Oficina do Autor), editado em 1995. Neste mesmo ano, foi uma das responsáveis pela elaboração do "Dossiê dos mortos e

desaparecidos políticos a partir de 1964" (Recife: Imprensa do Estado). No dia seis de dezembro, ela concedeu esta entrevista à ADUNICAMP.

ADUNICAMP: Quais são os seus objetivos no livro "Operação Rio"?

Cecilia Coimbra: Um dos objetivos centrais do livro é mostrar que a violência não faz parte de nenhuma "natureza" das grandes cidades. Não é uma consequência do desenvolvimento econômico em geral, nem nada do gênero. Tentar mostrar

que a violência urbana deve ser diretamente associada a determinadas formas de existência, produzidas, notadamente, através dos meios de comunicação de massa. Isso não significa que a violência urbana não exista. Mas significa, sim, que a sua dimensão, o pânico que a acompanha, é, também, produção da mídia.

AD: O livro tem também um lado de história.

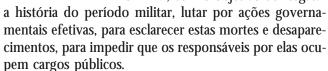
Cecilia: Sim. Tendo em vista que os militantes dos Direitos Humanos são, muitas vezes, criticados como "defensores dos criminosos", procurei também examinar alguns períodos anteriores da história do Brasil, para mostrar que determinados segmentos da população são sistematicamente identificados ao crime: negros, mestiços, migrantes e pobres em geral. Esse é o resultado de teorias racistas, eugênicas, higienistas, desde o Século XIX. Estas teorias estão presentes ainda hoje. Com base nos estudos de Milton Santos, associo essas idéias sobre "classes perigosas" à história dos "territórios perigosos", à construção teórica e prática destes espaços, através de políticas de reordenação urbana e a emergência das favelas que as acompanha, como no Rio de Janeiro de Pereira Passos.

AD: Como isso se relaciona com a sua atividade de professora de Psicologia?

Cecilia: Desde 1997, o Conselho Federal de Psicologia e suas regionais possuem uma Comissão de Direitos Humanos, como a Ordem dos Advogados do Brasil e suas seccionais. Creio que isso é muito importante. A prática da Psicologia e a formação dos futuros psicólogos devem estar relacionadas com a realidade brasileira. Não se trata de transformar o psicólogo em especialista em Direitos Humanos, mas considerar que o desrespeito aos Direitos Humanos representa, quase sempre, um fortíssimo sofrimento psíquico. Lutamos contra o total aprisionamento da Psicologia por um certo modo de ser indivíduo, contra um "intimismo" e um "familiarismo", remetidos única e inteiramente ao interior do indivíduo.

AD: E como surgiu o "Grupo Tortura Nunca Mais" do Rio?

Cecilia: De certo modo, por acaso, em torno da denúncia sobre a presença, em postos chaves de um governo de oposição, de vários membros da repressão montada pelos governos militares. Um grupo de ex-presos políticos e de familiares de mortos de desaparecidos políticos reuniu-se para exigir que o governo do Rio os demitisse. O grupo logo notou que não existia nenhuma entidade voltada para questões deste tipo. Assim surgiu o GTNM, com o objetivo de resgatar





AD: Quais são os objetivos do Grupo, hoje?

Cecilia: Aos poucos, o GTNM foi levado a vincular passado e presente. Hoje, o GTNM tornou-se uma entidade de defesa dos Direitos Humanos que articula as violações atuais, voltadas basicamente contra a pobreza, ao que aconteceu durante o período de terrorismo militar. O Grupo acompanha vários casos e conta com uma assessoria jurídica e com uma equipe, que coordeno, de mais de dez pessoas, entre psiquiatras, psicanalistas, psicólogos e fisioterapeutas, para o acompanhamento de pessoas atingidas pela violência, de ontem e de hoje, no Estado. Este é um trabalho inédito e pioneiro no Brasil. Para ele, desde 1992, temos um financiamento da ONU. Mas continuamos um grupo de militantes. Não aceitamos fazer comércio com os Direitos Humanos.

Você sabia?!... Dia 10 de dezembro é o Dia Internacional dos Direitos Humanos

Para informar-se sobre o "Grupo Tortura Nunca Mais" acesse o site: www.torturanuncamais-rj.org.br

Boletim Adunicamp 14/12/2001